

**A necessidade de adequação curricular em escola urbana que atende alunos do campo e estratégias didáticas que contribuem com a prática pedagógica do professor.**

ELISÂNGELA FERREIRA BARBOSA PERIN

**A necessidade de adequação curricular em escola urbana que atende alunos do campo e estratégias didáticas que contribuem com a prática pedagógica do professor.**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção de certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná

Orientador: Profº. Dr. Luiz Everson da Silva

Iretama

2014

## SUMÁRIO

<b>1INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>2</b>
2.1 BREVE ISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	2
2.2 ANÁLISE DA IDEOLOGIA QUE PERMEIA A EDUCAÇÃO URBANA .....	4
2. 3 METODOLOGIA .....	5
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	6
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>11</b>

## **A necessidade de adequação curricular em escola urbana que atende alunos do campo e estratégias didáticas que contribuem com a prática pedagógica do professor.**

**Elisângela Ferreira Barbosa Perin <sup>1</sup>**

**Luiz Everson da Silva <sup>2</sup>**

**RESUMO:** A Educação do Campo, após incansável luta de movimentos sociais, tornou-se uma modalidade de ensino com organicidade e características próprias que tem por finalidade proporcionar um ensino que estabeleça relações com o modo de vida, de cultura e de produção dos camponeses. Entretanto, atualmente, existem escolas urbanas, especificamente no município de Iretama-Pr, que atendem alunos tanto do espaço urbano quanto do espaço rural e não possuem dentro de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) quaisquer menções sobre como atender, metodologicamente, aos alunos advindos do campo. Diante desse fato, decorre a necessidade de pensar em estratégias didático-metodológicas que proporcionem ao aluno do campo um ensino voltado ao seu contexto de subsistência, que torna-se possível a partir da realização de adaptações no currículo escolar, no planejamento diário do professor e no desenvolvimento dos conteúdos sob o princípio da interdisciplinaridade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo. Projetos Políticos Pedagógicos. Currículo Escolar. Interdisciplinaridade.

### **1.INTRODUÇÃO**

Por meio deste trabalho, buscou-se apresentar algumas estratégias didático-metodológicas como forma de adaptação de conteúdos curriculares e do planejamento docente, bem como, chamar a atenção dos leitores sob a realidade de uma escola municipal de Iretama.

Sua parte inicial é composta por uma breve contextualização histórica referente a gênese da Educação do Campo, com o intuito de possibilitar melhor compreensão sobre a realidade atual dessa educação e por uma sucinta análise sobre a ideologia da educação urbanística, cujo foco sempre esteve consubstanciado na formação do indivíduo para o trabalho nos centros urbanos até que surgiram, ao longo do tempo, transformações ocorridas devido as manifestações sociais principalmente no que se refere a formação de escolas do campo.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná – Campus Fecilcam e Especializada em Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso, Educação Especial e Inclusão pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco: Pós-graduação e Extensão Universitária.

<sup>2</sup> Graduado em Química (Bacharelado); Mestre e Doutor em Química Orgânica.

Consequentemente há a explanação da metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, e a descrição das observações realizadas, as quais instigaram a problemática levantada que consiste no fato da referida instituição urbana atender praticamente 50% de alunos camponeses e não apresentar em seu PPP uma adaptação curricular que atenda suas particularidades, bem como, o fato do professor da turma do 3º ano do Ensino Fundamental (público observado) também não adequar seu planejamento diário para atendê-los.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

A educação do campo, de acordo com estudos realizados até o momento, dentro do território brasileiro, teve sua gênese desde o “descobrimento” do país em 1.500, acentuada, especificamente, com a chegada dos Jesuítas em um local totalmente rural onde já habitavam indivíduos com modos de sobrevivência e cultura próprios.

Desse período à atualidade, muitas foram as transformações em todas as esferas sociais, dentre elas, a que interessa no momento é a Educação. Ao mencionar a educação institucionalizada, não pode-se deixar de agregar suas modificações aos setores políticos e econômicos, uma vez que compreende-se que a mesma sempre existiu para atender as “demandas” sociais em prol de uma elite condutora, isto é, preparar indivíduos de acordo com a necessidade sociais emanadas em cada período histórico.

O Brasil, mesmo considerado um país agrário, não apresentava nos textos das leis de 1.824 e 1.891 qualquer menção acerca da educação rural. Só foi possível pensar a educação rural a partir de 1.930, período em que as discussões e reformas educacionais suscitaram o ensino laico, gratuito, público e de qualidade. No entanto, essa ideologia era um tanto quanto dualista, pois, perpetuava um ensino dicotômico entre as classes sociais. Essa concepção de ensino começou a mudar com a Constituição Federal de 1.988, a qual permitiu a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trouxe pela primeira vez a abordagem de educação rural.

Em 1.937 foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural e em 1.948 a Associação de Crédito e Assistência Rural, em Minas Gerais, que posteriormente deu origem a EMATER. Neste período, surge o interesse e a luta de movimentos em busca da educação de jovens e adultos. Apesar da crescente luta, a educação Rural foi suprimida pela lei 4.024/61 que omitiu a educação do campo, mas, com a ampliação dos movimentos sociais e o fortalecimento dos sindicatos rurais, a luta pela educação permaneceu alicerçada nos ideais de Paulo Freire.

A partir do golpe militar, as leis 5.540/68 e a 5.692/71 sugeriram como forma de controle e manutenção da ordem, direcionando a educação para a formação de profissionais aptos a exercerem o trabalho exigido pelas transformações nos setores produtivos. Após o período da ditadura, com intensificação do Movimento Sem Terra em busca de reformas agrárias, em 1987 surge o Setor Educação do MST, que juntamente com outras manifestações, contribuíram para uma nova visão de educação.

Em consequência disso, portanto, a concepção de educação voltada para homogeneização social foi entendida a partir da LDB 9.394/96 que apresenta em seu Art. 1º que a mesma “... deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Discorre também em seu artigo 3º, alguns princípios básicos que revela a liberdade, o pluralismo, a valorização, a gestão democrática e as práticas sociais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (p.18, 2006) a mesma lei, no seu Art. 28, acrescenta que o ensino também deve ser ofertado à população rural de modo que o currículo e a metodologia sejam adaptados, incluindo alterações no calendário escolar, adequação ao clima e ao trabalho desenvolvido no campo. Além disso, não deve-se deixar de ressaltar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo relatadas no parecer nº 36/2.001 e aprovadas em 2.002, seguindo o disposto neste Art. 28 da LDB. O Estado do Paraná oficializou suas Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação do Campo no ano de 2.006

Todo este percurso da educação do campo, no sentido de sua garantia e inserção constitucional e legal, é fruto das manifestações populares em prol do atendimento ao direito de todos a obterem uma educação pública e de qualidade.

Neste caso, trata-se da garantia dos moradores rurais ao acesso a um ensino voltado à sua realidade e à sua necessidade, ministrados por profissionais capacitados abertos a desenvolverem sua prática didático-pedagógica atendendo e realizando adaptações no currículo escolar, de modo que os conteúdos contribuam para o enriquecimento e aprimoramento das práticas operacionais voltadas à sobrevivência e a permanência dos moradores do campo.

## 2.2 ANÁLISE DA IDEOLOGIA QUE PERMEIA A EDUCAÇÃO URBANA.

Mediar conhecimento em escolas urbanas segue as transformações teórico-metodológicas ocorridas ao longo do tempo. A partir de leituras e pesquisas realizadas de quem inicia a profissão de educador e da própria experiência docente para quem possui mais vinte anos de prática em sala de aula, é possível constatar que desde o início do ensino formal e sistematizado no Brasil, a preocupação foi a de preparar e, de certo modo, “moldar” o indivíduo para a urbanização e para a ascensão científica e tecnológica, com vistas ao acúmulo de capital a partir da exploração da mão de obra a priori “moldada”, pautando-se para isso, em parâmetros educacionais que seguem o modelo de ensino de países desenvolvidos, sem atender de fato, as necessidades e especificidades dos brasileiros.

É importante destacar, que não trata-se de uma crítica à produção de conhecimento científico e tecnológico, porque isso foi, é e sempre será importante para a qualidade de vida e até para a sobrevivência humana, principalmente no que diz as pesquisas da área da saúde. A ênfase consiste no fato da disseminação de um ensino baseado na cultura de uma classe dominante que cria e sustenta uma educação dicotômica que forma os capitalistas e os operários.

A partir dos anos de 1980, momento em que a Pedagogia Histórico Crítica ganha espaço nas discussões educacionais brasileiras, após insistência e resistência de educadores que lutaram em prol do fim da política educacional instituída durante o Regime Militar, a qual organizava as escolas como reprodutoras de ideologias e instrumento de coerção, a ênfase da educação ganhou novos rumos, de modo que os conteúdos ganharam atenção e deviam ser ministrados a todos, sem distinção, considerando um indivíduo ativo, histórico, crítico e social.

Neste contexto de mudança educacional com vistas a formar um indivíduo que, por meio do conhecimento, é capaz de pensar, agir e transformar sua

realidade, ainda persistiu a oficina de preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, haja vista que os filhos da elite perpetuam uma educação para dirigir e governar e os da classe operária recebem educação que os permite conseguir um emprego.

A educação urbanística, conforme mencionado no início, ainda persiste, porém, após a luta de trabalhadores rurais organizados em grupo com manifestações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ascendeu às discussões sobre a organização de uma educação específica para os moradores do campo, com características próprias que considerem as necessidades dos trabalhadores rurais. Em 2006 foi aprovada no Paraná as DCEs para a Educação do Campo que preconizam a formação do estudante com base nos conteúdos científicos articulados à prática cotidiana da população camponesa, com a finalidade de superar as injustiças sociais e contribuir para a valorização da sustentabilidade advinda do trabalho rural.

Apesar do surgimento de escolas rurais e também transformações de escolas urbanas em rurais, ainda existem escolas que funcionam nos centros urbanos, mas que parte de seus alunos reside na área rural. É o caso da escola campo de estudo em questão. O que instigou a pesquisa nessa realidade foram as seguintes questões: “Os conteúdos trabalhados com os alunos camponeses são os mesmos dos alunos urbanos?; O currículo não sofre nenhuma adaptação nesse sentido?; As estratégias didático-metodológicas utilizadas pelo professor são as mesmas para os dois públicos?

## 2.3 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, optou-se pela pesquisa de campo do tipo qualitativo descritiva utilizando apenas a técnica de observação assistemática que “consiste em recolher [...] dados da realidade sem que o pesquisador utilize meios e técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas [...] (MARCONI e LAKATOS, 2007, p.194). Inicialmente foi necessário um estudo teórico pautado nas leis que organizam e regulamentam a Educação do Campo e, em seguida, foi realizada leitura da Proposta Pedagógica e Curricular da instituição em questão e observação indireta em duas turmas do 3º ano do ensino fundamental dos anos iniciais.



Consequentemente foram elaboradas estratégias didático-metodológicas que contribuirão com professores que trabalham com esse nível de ensino.

#### 2.4 DISCUSSÕES E RESULTADOS: ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METOLÓGICAS SUGERIDAS AOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS CAMPESINOS.

Após o estudo realizado foi possível analisar que o Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada possui em seu texto afirmações que exaltam a preocupação em formar um cidadão crítico, reflexivo, criativo e atuante, por meio de uma perspectiva teórica que considere a história e a cultura de sua comunidade, como é comum na maior parte das propostas. No entanto, o próprio documento parece apresentar um currículo “oculto” materializado, que não considera a diversidade, pois não menciona, em nenhum momento, as especificidades dos alunos oriundos do meio rural. Assim, configura-se uma unificação do ensino entre alunos camponeses e urbanos.

No entanto, segundo as DCECs

[...] o que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, que valorizam [...] o vínculo com uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico. (2006, p. 24)

É importante ressaltar nesse aspecto que é imprescindível dentro desse ambiente escolar desenvolver um trabalho educativo que contemple e contribua para formação e sustentação de uma identidade no meio rural, pois, a Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos (FERNANDES & MOLINA, 2004). Para que essa perspectiva seja concretizada, faz-se necessário que os alunos oriundos do espaço rural recebam uma educação do campo, na qual tenham direito a um ensino pautado desde a sua localidade até a sua participação, dentro de cada cultura e necessidades sociais.

Para isso, se faz necessário que, no mínimo, o professor adéque o seu planejamento pedagógico a fim possibilitar novas maneiras de estimular o desenvolvimento das ações no campo tendo como base a igualdade e justiça social, cooperação dentro da agricultura, valorização da agricultura familiar, do ambiente e da cultura do camponês.

É importante que haja dentro da proposta curricular uma flexibilização dos conteúdos de acordo com a realidade local e cotidiana dos alunos, para que possa ocorrer uma aproximação do conhecimento real destes, articulado ao conhecimento científico historicamente produzido de maneira a proporcionar aos mesmos a instrumentalização para que possam apropriar-se deste conhecimento e aplicá-lo em suas práticas.

Assim, não se deve proporcionar uma aprendizagem pautada no conhecimento de um dos lados do processo, como forma de transmissão de algo pronto e acabado. Deve-se considerar o desenvolvimento de diversas alternativas de ensino e aprendizagem que postulem a organização, a investigação, o planejamento, a problematização, a reflexão, a avaliação, o replanejamento da prática e a transformação da realidade, tudo com base nos interesses de diferentes grupos sociais presentes no campo.

Levando-se em consideração que a educação do campo objetiva formar um sujeito capaz de compreender o passado, o presente e mudar seu futuro, produzindo de maneira sustentável, procurando estabelecer a harmonia entre objetos ambientais, sociais e econômicos, é relevante desenvolver práticas educacionais pautadas nos conhecimentos da realidade dos filhos dos trabalhadores do campo para que possam valorizar e aprimorar as atividades rurais de seus familiares e conquistar melhores condições de educação, cultura, saúde e lazer.

Nessa perspectiva, após observar um professor que atende dois 3º anos, sendo uma turma residente na área urbana, no período matutino e a outra residente no espaço rural, no período vespertino, foi possível perceber que segue seu planejamento curricular anual igualmente nas duas turmas, de modo que seu plano de aula diário é desenvolvido com as mesmas atividades e recursos didáticos. Essa atitude responde aos questionamentos que suscitaram a pesquisa, uma vez que tornou-se visível que os conteúdos curriculares e as estratégias didático-metodológicas são os mesmos para alunos do campo e da cidade.

Diante dessa situação, não cabe aqui tecer críticas ou tentar revolucionar a escola com mudanças em longo prazo como é o caso de formações continuadas ou reformulação da Proposta Pedagógica, mas como medida emergencial, é possível contribuir com o profissional que está dentro da sala de aula que, na maioria das vezes, não possui conhecimento de como trabalhar os conteúdos curriculares atendendo as especificidades dos alunos camponeses.

Com base no planejamento, é possível desenvolver um ensino pautado na interdisciplinaridade, pois, acredita-se que a fragmentação do conhecimento proporciona a perda da totalidade, o próprio Gasparin (2002) afirma que a interdisciplinaridade é uma forma de apreender, de maneira crítica, diversas dimensões de uma mesma realidade. Diante dessa perspectiva, é possível afirmar que as disciplinas podem inter-relacionar com base em determinados conteúdos e, nesse sentido, é possível planejar as aulas seguindo uma sequência didática como uma maneira eficaz de encaixar os conteúdos, o que contribui para melhor contextualização e compreensão do aluno. É imprescindível ressaltar que não trata-se de reduzir ou anular a importância de uma disciplina em particular, mas, de acordo com FAZENDA (2011) trata-se de uma prática que não coloca em supremacia determinada ciência, pelo contrário, estabelece uma comunicação entre os domínios do saber.

Como exemplo, pode-se observar nas disciplinas de História, Geografia, Ciências, Arte, Língua Portuguesa e Matemática os conteúdos: Resgate da História do aluno; Espaço de vivência do aluno; A relação do homem com a natureza; atividade de oralidade, leitura e escrita; Conceito de comprimento, massa, capacidade, construção e análise de gráfico e tabela, resolução de situações problema envolvendo as quatro operações simples.

Para por em prática essa estratégia didática o professor deve iniciá-la conhecendo a realidade sustentável de cada aluno, isto é, qual é o mecanismo de sobrevivência no espaço em que mora. Torna-se mais fácil se desenvolver a pesquisa por meio de aplicação de questionário ou se preferir elaborar uma entrevista para que cada aluno faça com seus pais ou familiares, lembrando que só nessa atividade já está trabalhando a oralidade, a leitura e a escrita do educando além de proporcionar ao mesmo o contato com sua realidade, a maneira pela qual sobrevive na sociedade.

De posse das respostas, o professor obterá uma riqueza de informações que contribuirão para o estabelecimento de uma sequência didática que pode durar o ano todo, levando em consideração a diversidade sustentável exposta pelos alunos que, conhecendo a região e a produtividade do município, gira em torno de agropecuária (gado de leite e de corte); agricultura (plantio diverso) soja, milho, milho, café, feijão, entre outros; sericicultura (criação de bicho da seda); cultivo de hortaliças, criação de frangos para corte; criação de animais para consumo próprio, enfim, inúmeras são as atividades.

Consequentemente pode-se fazer um sorteio entre os alunos para a escolha da primeira atividade familiar a ser estudada e caberá aos estudantes que possuírem a mesma atividade, obter informações do senso comum com seus familiares. Supondo que no sorteio tenha saído o café, a pesquisa do aluno, com o auxílio do professor, deverá obter informações como: com quem os familiares aprenderam a cultivá-lo, quais os procedimentos de plantio, cuidado, colheita e venda; se é utilizado para consumo próprio; se recebe ou recebeu orientações de profissionais como engenheiros agrônomos; em que época e estação é produzido; qual o clima ideal; o ponto de colheita; dentre outras informações. Os alunos poderão levar para a sala, concretamente, cada etapa do café e se acaso não conseguir, o professor deve contribuir pesquisando imagens da época da florada, do café verde, maduro e seco.

Depois de visualizada e socializada a cultura do café, é o momento do professor entrar com o conhecimento científico explorando, por meio de palestras, vídeos e pesquisas, a história do cultivo de café no município em que residem, a preparação do solo, o clima adequado, os insumos necessários, a melhor forma de colheita com vistas a obter melhor bebida ao ser comercializado; pesquisa de preço para venda da saca em coco e para a compra no mercado quando já está pronto para consumo; análise das diferenças de preços; propor situações problemas envolvendo a produção e a comercialização do café; apresentar as iguarias que podem ser feitas com café, como é o caso da bebida, do doce, do xarope, do perfume, entre outras. Para finalizar com esta atividade envolvendo a cultura do plantio do café, pode-se organizar visitas como no espaço de cultivo do café, na empresa que recebe o café e, se possível, na fábrica em que é realizado o processamento do café até o ponto da distribuição para consumo. Além das atividades percorridas, o professor pode favorecer ainda mais a aprendizagem dos

alunos propondo teatro, paródia, competições, ilustração e pintura, exposição em mural, produção de livro, propaganda, rótulos, análises de rótulos.

Nesse período de tempo, esta ação estimulará a consciência sustentável e promoverá a valorização dos aspectos culturais da família ou da região, pois, conhecer e aprender épocas para plantio, preparação da terra, técnicas para a preparação de adubos orgânicos que não prejudicam o ambiente, a análise da qualidade do produto, a quantidade de consumo, o reaproveitamento, as técnicas de conservação e até de preparação de alimentos (a culinária em si) podem contribuir muito para o desenvolvimento humano em todas as dimensões.

Utilizando essas estratégias didáticas, vários temas podem ser ramificados a partir dessas ações como: preservação da água, do ar, do solo, a diminuição da ingestão de alimentos industrializados ou produzidos sob o excessivo uso de inseticidas ou agrotóxicos, qualidade de vida e saúde e a importância em colaborar com o auto-sustento e o equilíbrio dos recursos naturais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa realizada, acredita-se na construção de um currículo democrático que atenda seu público e apresente uma estrutura de conteúdos que considere questões sociais, políticas e culturais sem quaisquer tipos de separação, desprezo, discriminação ou seleção. Os temas desenvolvidos não devem se limitar a pequenos fragmentos de conhecimento, mas de maneira interdisciplinar, devem envolver o maior número possível de áreas do saber para que a aprendizagem seja fruto de um todo contextualizado e significativo e que o aluno torne-se um ser capaz de compreender, de maneira crítica, a sua realidade ao ponto de desenvolver ações que podem transformá-la.

Esse processo ainda é um desafio, porém com as novas perspectivas de desenvolvimento humano sustentável sob a perspectiva do trabalho com os produtores do campo, o ensino e aprendizagem pautados na apropriação e instrumentalização dos alunos estão cada vez próximos de tornar realidade dentro das instituições de ensino que ofertam educação do campo. É necessário que haja adequação nas práticas pedagógicas para que a essas descobertas e inovações contribuam com o rompimento e a ruptura da lógica desenvolvimentista do ensino

focada na formação de mão de obra para o trabalho tecnológico para inserção do aluno nos grandes centros urbanos e industriais.

Este desenvolvimento ocorre a partir da inter-relação entre educando e educador, de modo que a autonomia seja um condicionante para que ocorra entre ambos a reflexão, a análise, a compreensão, a aprendizagem e a aplicação dos conhecimentos na prática cotidiana. Desse modo, tanto educando quanto educador se reconhecem como sujeitos que não só fazem parte, mas, também produzem suas próprias histórias.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9394/96. Brasília, 1996.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FERNANDES, Bernardo. M.; MOLINA, Monica. C. & JESUS, S. M. S. A. (orgs.).In: Por uma Educação do Campo: **Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo**. Brasília: DF, 2004.

GASPARIM, J. L. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas. São Paulo. Autores Associados, 2002.

IRETAMA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Professora Maria de Lurdes Melo. Iretama, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006.